

State-building: uma perspectiva crítica

Ramon Blanco
Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
2009

Programa de Doutoramento Política Internacional e Resolução de Conflitos,
Nº 3, 2009. <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n3/ensaios.php>

“Os fatos só são verdadeiros depois de serem inventados”¹

1. Introdução

É notório o crescente aprofundamento do envolvimento da ONU relativamente aos conflitos ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI.² Esse maior e mais profundo envolvimento, obviamente, é realizado baseando-se em formulações teóricas concretas; formulações estas que também vão sendo modificadas e alargadas. No tocante ao envolvimento onusiano, é evidente, por exemplo, o paralelo entre suas missões de primeira, segunda e terceira gerações; e conceitos como *conflict management*, *conflict resolution* e *liberal peacebuilding* (Richmond, 2008: 99-109).³

Ao passo que os conflitos internacionais possuem cariz e características singulares e diversas, fica cada vez mais patente que a resposta central referente a estes, o modelo de construção da paz (*peacebuilding*) da ONU (Richmond, 2004a), passa justamente pelo inverso, pela uniformidade. Este passa a ser então um mecanismo uniforme de resolução de conflitos (Clapham, 1998), um instrumento único, indiscriminadamente aplicado internacionalmente, sendo inclusive referenciado como “procedimento operacional padrão” (Ramsbotham, 2000: 170). Este, de eficiência e eficácia tanto na transformação dos conflitos quanto, principalmente, na consolidação de uma paz sustentável, altamente questionadas.

Dessa forma, se por um lado, para se ter um melhor entendimento dos acontecimentos ocorridos no âmbito das operações de paz da ONU faz-se necessário um maior conhecimento teórico relativamente à estas; por outro, a modificação e transformação profunda destas, passam justamente por um indispensável olhar crítico a este conhecimento e suas formulações teóricas. Assim, é urgente, tanto o investigar e o problematizar dos Estudos para a Paz enquanto disciplina transformadora e reveladora de violências (Pureza, 2008), como também a exposição da dinâmica teórica na qual assenta-se, o principal alicerce do *peacebuilding* onusiano, paradigma no que toca a paz nos dias de hoje, o *state-building*. Este ensaio tem o propósito de justamente confrontar olhares tanto *mainstream* quanto críticos referente ao *state-building*. Objetiva assim, expor como o pensamento e discurso *mainstream* encobre e esconde violências, fazendo com que estas “aparentem, [e] sejam inclusive sentidas, como corretas, ou pelo menos não erradas”⁴ (Galtung, 1990: 291).

2. A Construção Ortodoxa

Pode-se dizer que o modelo de *peacebuilding* da ONU assenta-se primordialmente em quatro dimensões (Ramsbotham, 2000). A dimensão aqui tratada é justamente a político-constitucional,⁵ dada a centralidade do *state-building* em qualquer operação de paz onusiana (Brahimi, 2007), sendo estas inclusive, muitas vezes, medidas em termos de *state-building* (Manning, 2003). O *state-building* é visto como uma fase de construção de instituições políticas (Bickerton, 2007), de criação de instituições

governamentais eficientes e legítimas (Paris e Sisk, 2007), para que estas sejam dotadas de instrumentos de governação capazes de prover segurança física e económica à população em questão (Chandler, 2006). Liga-se intimamente, portanto, à capacidade estatal (Fukuyama, 2004) e à governação interna (Rotberg, 2004a). Relativamente ao objeto de análise, tanto ortodoxia quanto visão crítica estão de acordo. Contudo, tal concordância não vai além disso, sendo a discordância acentuada principalmente no tocante à sua função e papel no cenário internacional.

A verdade ortodoxa é construída em duas dimensões. A primeira é realizada de forma a retratar a periferia do sistema internacional como fonte da maioria, senão toda, insegurança internacional, indo “desde as pandemias, aos fluxos migratórios descontrolados até à criminalidade organizada ou mesmo o terrorismo internacional” (Pureza et al., 2007b: 2). Assim, a ligação direta entre periferia e a ameaça é constituído em um fato. Fato esse, que assenta-se em construções teóricas como, por exemplo, Estados falhados e novas guerras. A segunda dimensão passa por desconstruções/adaptações teóricas relativamente a conceitos-chave, como, por exemplo, soberania. Dessa forma, o *state-building* não somente faz-se altamente necessário, uma vez que reforça a segurança internacional, como também, não fica percebido como uma intervenção/agressão externa.

Relativamente aos Estados falhados, o olhar *mainstream* é direcionado à fragilidade e à falta de capacidade das estruturas estatais ou à má governação destas (Doornbos, 2006: 2). Assim, são falhados por “não mais performarem as funções [básicas] requeridas a eles para passarem por Estados”⁶ (Zartman, 1995: 5). Funções estas que vão desde a provisão de bem-estar e segurança, até a aplicação da lei e da ordem. A capacidade estatal de provisão destas funções é, portanto, central a este discurso (Hill, 2005: 145). Com estes Estados não querendo (Gros, 1996), ou então, não podendo (Jackson, 2000), performar tais funções, está aberto o espaço para estes tornarem-se “fontes de muitos dos mais sérios problemas mundiais, desde a pobreza à AIDS até as drogas e o terrorismo”⁷ (Fukuyama, 2004: ix).

Um olhar centrado na (in)capacidade estatal não poderia de forma alguma vir sem uma diferenciação e categorização do conceito de soberania. Robert Jackson realiza sua distinção em termos de soberania positiva e negativa (1990), onde a positiva é a posse de características estatais *de facto* e *de jure*, enquanto a negativa passa pela ausência das características *de facto*, mesmo que ainda possuindo as *de jure* (Hill, 2005: 146). Para o pensamento ortodoxo, é justamente este “espaço entre a soberania de *jure* e a soberania de *facto* o obstáculo chave para o assegurar da segurança e prosperidade global”⁸ (Ghani et al., 2005: 4). Já Krasner visualiza a soberania em termos de três atributos: a soberania doméstica, sendo a capacidade de governação interna; a soberania

Vestifaliana/Vatteliana, sendo o auto-governo e a autonomia política; e a soberania internacional legal, sendo a independência jurídica formal (2004: 87-88).

Com isso, em um pensamento onde os “Estados constituem os blocos centrais de uma ordem internacional legítima, a violenta desintegração ou a palpável fraqueza dos (...) Estados, ameaça a profunda fundação deste sistema”⁹ (Rotberg, 2003: 1). Este entendimento do mundo, aliado à uma referência paradigmática das novas guerras (Kaldor, 1999), trás uma reflexão acerca da conflitualidade e inseguranças internacionais de caráter acentuadamente endógeno (Pureza et al., 2007b: 2). Não por coincidência, o *state-building* é aqui central, sendo retratado como “uma das questões mais importantes para a comunidade internacional”¹⁰ (Fukuyama, 2004: ix), como um dos críticos imperativos morais e estratégicos do nosso tempo (Rotberg, 2004a: 42). O (re)estabelecimento de estruturas de governação interna é, portanto, representado não somente como crítico relativamente ao aumento da segurança internacional, mas também, como um relacionamento benéfico entre centro e periferia.

3. O Olhar Crítico

A observação crítica e cuidadosa revela que tal exposição teórica que sustenta a prática do *state-building* em nada tem de neutra ou imparcial, muito pelo contrário. Consiste em uma relação íntima entre poder e conhecimento que ao fim ao cabo encobre, naturaliza e cristaliza

violências. A primeira delas é própria construção teórica do conceito de Estados falhados. Este é um conceito *a contrario*, ou seja, tem presente uma dicotomia subliminar, não dita, que é a de um Estado “de sucesso” (Pureza et al., 2007a: 3), leia-se democracias liberais. O olhar crítico, porém, vem mostrar justamente que “sujeitos, objetos e práticas não são fatos brutos, ao se fixar nomes [e conceitos] às coisas estabelecemos sua existência e seus relacionamentos com outras coisas”¹¹ (Doty, 1996 apud Debrix, 2003: 20).

Essa existência e relacionamento são discursivamente construídos em termos de normalidade e patologia no cenário internacional, por meio de analogias do tipo “doença degenerativa” (Zartman, 1995: 8), “séria enfermidade física ou mental” (Helman e Rather, 1992: 12), ou até mesmo “folhas mortas acumuladas em uma floresta” (Krasner e Pascual, 2005: 155). Ao discursivamente mobilizar tais dicotomias, é óbvio o privilégio de um termo sobre o outro (Debrix, 2003: 20) por parte da ortodoxia. Mais sutil é a hierarquia de uma realidade sobre a outra¹² (Pureza et al., 2006: 2).

Adensando a observação de tal hierarquização, o pensamento crítico aponta também para a exposição de um relacionamento perverso entre o centro e a periferia do sistema internacional no tocante ao *state-building*. É evidenciada a centralidade e fundamentação do modelo em *um* tipo de governação, a democracia-liberal, lógica patente, por exemplo, na *Agenda*

para a Paz ou no *Relatório Brahimi* (UN, 1992, 2000). Contudo, trata-se mais que isso, trata-se da exportação/imposição dessa lógica estruturante relativamente à economia e à política por parte do centro para a periferia do sistema internacional (Richmond, 2004a). É o que, por exemplo, Paris chama de a “*mission civilisatrice* moderna” (Paris, 2002: 638). É o “*metropolitan*” tentando restaurar a racionalidade e levar a modernidade aonde estas falham, nas “*borderlands*” (Duffield, 2002).

Esta violência funda-se em um comum entendimento entre os entes envolvidos na transformação dos conflitos em relação aos objetivos e às abordagens das intervenções, assim como o que a paz deve ser e como pode ser alcançada. É entendido que para evitar a recorrência dos conflitos, faz-se necessária a implementação de uma certa forma de governação (Richmond, 2004b). Assim, a paz faz-se intimamente relacionada à institucionalização desse tipo de governação. Esta, altamente, baseada em um entendimento liberal dos papéis das instituições (Ibid, 2004a). Contudo, tal entendimento comum mascara profundas lógicas de poder no sistema internacional (Duffield, 2001). Mascara que o *state-building* torna-se assim, um mecanismo refinado de governação global, cujo objetivo é o estabelecimento e manutenção da paz liberal nas *borderlands* (Pureza et al., 2006: 5).

Esta dinâmica, obviamente, não passa desapercibida à análise crítica. Este processo é entendido como uma (re)engenharia social baseada na

transferência de valores e ideias de mundo ocidentais para locais em conflitos, uma “pacificação por meio da liberalização política e económica” (Paris, 1997: 56). Pacificação esta que ganha cada vez mais robustez com a força imensa adquirida pelo modelo no pós Guerra Fria, quando a tal receita democrática-liberal emerge como vitoriosa. Fato que permite assim a sua aplicação pelo mundo (Clapham, 1998). Entretanto, apesar da profunda e arraigada dimensão ideológica fundadora dos pressupostos do modelo, o *state-building* é apresentado como uma resposta meramente administrativa, puramente burocrática (Bendaña, 2004).

Neste ponto é saliente a constante tentativa de despolitização de toda essa dinâmica. Ao ser apresentado de forma burocrática/administrativa, o *state-building* é representado como algo que pudesse, sem problemas, passar ao lado da sustentação popular (Chandler, 2005). Com isso, uma questão essencialmente política é transformada em uma questão meramente técnica, demandando portanto, soluções e abordagens puramente técnicas (Bickerton, 2007). É Chandler, por exemplo, quem chama a atenção que o entendimento do *state-building* em termos altamente tecnicista e funcionalista passa por uma profunda problematização de perspectivas tradicionais de soberania. Esta passa então, a não mais ser entendida como auto-governo, mas sim, como uma mera capacidade (2006).

Dessa forma, ao ser (re)interpretada como capacidade, a soberania passa a ser isolada das sociedades em questão e colocada nas mãos de entes externos (Bickerton, 2007). Nesse ponto, o olhar crítico observa a construção de formulações conceituais como “*neo-trusteeship*”, “*pooled sovereignty*”, ou “*shared sovereignty*” (Fearon e Laitin, 2004; Keohane, 2002; Krasner, 2004 apud Chandler, 2006: 40) que surgem como o alicerce e máscara teórica da intervenção externa. Com tal sustentação, o discurso *mainstream* do *state-building* não somente o retrata como legítimo, mas principalmente, como um mecanismo de fortalecimento dos Estados periféricos por parte do centro do sistema internacional. Algo que vem aumentar a capacidade e independência dos Estados periféricos (Chandler, 2006).

Contudo, tal discurso não se sustenta perante a observação crítica. Esta vem evidenciar que ao passar ao lado da dimensão pública e ao ser retratado técnica e burocraticamente, o *state-building* acaba criando instituições de fraca sustentação política e social (Bickerton, 2007), e obviamente pouco (ou nada) legítimas/representativas. Dessa forma, para Chandler, são criados “Estados Fantasmas”, onde os mesmos existem no papel, em termos jurídicos, contudo não são entes políticos independentes, possuidores do auto-governo. Apesar de possuírem alguma governação e instituições, não vistos como incorporadores da vontade política de suas sociedades, tendo portanto a esfera política atrofiada (2006). Ao criar instituições com pouca legitimidade e renegar o político, o *state-building*

funda alicerces fracos, criando entidades de elevada dependência externa para sobreviverem. Assim o *state-building* passa a ser portanto um processo de *state-failure*¹³ (Bickerton, 2007: 100).

4. Conclusão

Ao observar mais atentamente a dinâmica do processo de *state-building*, é possível perceber como o pensamento ortodoxo constrói o discurso de necessidade e legitimação dessa prática. Mais que isso, é possível perceber quais os principais alicerces teóricos que fazem com que tal dinâmica não seja vista como violenta, ou mesmo seja vista como normal. Neste ponto, é percebido que retratar o *state-building* em termos de aumento da soberania e independência faz-se central para o discurso ortodoxo.

Entretanto o olhar crítico vem justamente desmascarar e dar visibilidade à violência que é o processo de *state-building*. Vem evidenciar que linguagens como “*good governance*”, “*capacity-building*”, “*empowerment*”, “*ownership*” na verdade simbolizam a linguagem de uma política de um império em negação. Negação não por pouco regular e intervir, muito pelo contrário. Mas sim pelo fato do centro do sistema internacional mascarar tal intervenção com tom não-político, terapêutico, administrativo/tecnicista e burocrático (Chandler, 2006); quase neutro e imparcial.

Nesse sentido, o olhar crítico acertadamente vem colocar à mostra tais mecanismos violentos de relacionamento entre o centro e a periferia. Tarefa esta da mais alta relevância. Difícil, portanto, não concordar com Foucault quando este diz que

a real atividade política em uma sociedade como a nossa é criticar o funcionamento de instituições que aparentam ser neutras e independentes; critica-las de tal maneira que a violência política a qual sempre foi exercida de maneira obscura por meio destas sejam desmascaradas, para que assim possam ser combatidas.¹⁴ (Foucault apud Rabinow, 1984: 6)

Assim, fica notório que a real mudança das políticas relativas à transformação dos conflitos e à construção de alicerces sólidos para a emergência de uma paz sustentável passa necessariamente por um olhar e pensamento críticos no tocante à reflexão dessas dinâmicas. Passa invariavelmente pela exibição das violências da verdade ortodoxa e pelo (re)pensar o próprio pensar no tocante a transformação dos conflitos. Passa, portanto, pela busca e observação de novos fatos, pela construção e exposição de diferentes verdades.

¹ Crença popular de Tizangara, cidade Moçambicana fictícia, da obra *O Último Vôo do Flamingo* de Mia Couto (2002: 111).

² Para uma visão do panorama das operações da ONU ver (Paris, 2004: Capítulo 1).

³ Ver também (Richmond, 2001).

⁴ Tradução livre do autor. No original: “[...] *look, even fell, right, or at least not wrong*” (Galtung, 1990: 291).

⁵ As outras dimensões são: económico-social; militar-securitária; psico-social (Ramsbotham, 2000: 182). Aqui é percebida a inclusão da dimensão psicológica, ponto não abordado, ou abordado tangencialmente em formulações teóricas anteriores, como por exemplo (David, 1999).

⁶ Tradução livre do autor. No original: “*no longer perform the functions required for them to pass as states*” (Zartman, 1995: 5).

⁷ Tradução livre do autor. No original: “*source of many of the world’s most serious problems, from poverty to AIDS to drugs to terrorism*” (Fukuyama, 2004: ix).

⁸ Tradução livre do autor. No original: “[...] *gap between de jure sovereignty and de facto sovereignty is the key obstacle to ensuring global security and prosperity.*” (Ghani et al., 2005: 4).

⁹ Tradução livre do autor. No original: “*states constitute the building blocks of legitimate world order the violent disintegration and palpable weakness of [...] states threaten the very foundation of that system*” (Rotberg, 2003: 1).

¹⁰ Tradução livre do autor. No original: “*one of the most important issues for the world community*” (Fukuyama, 2004: ix).

¹¹ Tradução livre do autor. No original: “*subjects, objects, and practices are not brute facts, in fixing names to things we establish their existence and their relationships to other things*” (Doty, 1996 apud Debrix, 2003: 20).

¹² Às vezes não tão sutil, como por exemplo (Rotberg, 2004b).

¹³ Para um olhar empírico dessa ideia, ver por exemplo (Richmond e Franks, 2007).

¹⁴ Tradução livre do autor. No original: “*the real political task in a society such as ours is to criticize the working of institutions which appear to be both neutral and independent; to criticize them in such a manner that the political violence which has always exercised itself obscurely though them will be unmasked, so that one can fight them*” (Foucault apud Rabinow, 1984: 6).

Referências Bibliográficas

- Bendaña, Alejandro (2004) "From Peace-building to State-building: One Step Forward and Two Backwards", Presented at *Nation-building, State-building and International Intervention: Between "Liberation" and Symptom Relief* CERI - Paris 15th October 2004 (<http://www.ceinicaragua.org.ni/documento/statebuildingpeace.pdf>) [28th October 2008].
- Bickerton, Christopher (2007) "State-Building: exporting State-Failure" in Bickerton, Cunliffe & Gourevitch (Ed.) *Politics without Sovereignty: a critique of Contemporary International Relations*. London: University College London Press, 93-111.
- Brahimi, Lakhadar (2007) "State Building in Crisis and Post-Conflict Countries", Presented at *Global Forum on Reinventing Government, Building Trust in Government* Viena - Austria (<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN026305.pdf>) [15th May 2008].
- Chandler, David (2005) "Introduction: Peace without Politics?" *International Peacekeeping*. 12 (3), 307-321.
- Chandler, David (2006) *The Empire in Denial - The Politics of State-building*. London: Pluto Press.
- Clapham, Christopher (1998) "Rwanda: The Perils of Peacemaking" *Journal of Peace Research*. 35 (2), 307-321.
- Couto, Mia (2002) *O Último Vôo do Flamingo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- David, Charles-Philippe (1999) "Does Peacebuilding Build Peace?: Liberal (Mis)steps in the Peace Process" *Security Dialogue*. 30 (1), 25-41.
- Debrix, François (2003) "Language, Nonfoundationalism, International Relations" in Debrix, François (Ed.) *Language, Agency, and Politics in a Constructed World*. London: M.E. Sharpe, 3-25.
- Doornbos, Martin (2006) "Fragile States or Failing Models? Accounting for the Incidence of State Collapse" in Doornbos, Martin, et al. (Eds.), *Failing States or Failed States? The Role of Development Models: Collected Works*. Madrid: FRIDE Working Paper n° 19, 1-13.
- Duffield, Mark (2001) *Global Governance and the New Wars*. London: Zed Books.
- Duffield, Mark (2002) "Social Reconstruction and the Radicalization of Development: Aid as a Relation of Global Liberal Governance" *Development and Change*. 33 (5), 1049-1071.
- Fukuyama, Francis (2004) *State-building: Governance and World Order in the Twenty-first Century*. London: Profile Book.
- Galtung, Johan (1990) "Cultural Violence" *Journal of Peace Research*. 27 291-305.
- Ghani, Ashraf et al. (2005) "Closing the Sovereignty Gap: an Approach to State-Building" *Overseas Development Institute Working Paper n° 253*, (<http://www.odi.org.uk/resources/odi-publications/working-papers/253-sovereignty-gap-state-building.pdf>), [15th December 2008].

- Gros, Jean-Germain (1996) "Towards a taxonomy of failed states in the new world order: decaying Somalia, Liberia, Rwanda and Haiti" *Third World Quarterly*. 17 (3), 455-471.
- Helman, Gerald B.; Rather, Steven R. (1992) "Saving Failed States" *Foreign Policy*. 89 (92-93), 3-20.
- Hill, Jonathan (2005) "Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed state thesis" *African Identities*. 3 (2), 139-154.
- Jackson, Robert (1990) *Quasi-States: Sovereignty, International Relations, and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackson, Robert (2000) *The Global Covenant: Human Conduct in a World of States*. Oxford: Oxford University Press.
- Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge/ Stanford: Polity Press/Stanford UP.
- Krasner, Stephen (2004) "Sharing Sovereignty: New Institutions for Collapsing and Failing States" *International Security*. 29 (2), 5-53.
- Krasner, Stephen D.; Pascual, Carlos (2005) "Addressing State Failure" *Foreign Affairs*. 84 (4), 153-163.
- Manning, Carrie (2003) "Local Level Challenges to post-Conflict Peacebuilding." *International Peacekeeping*. 10 (3), 25-43.
- Paris, Roland (1997) "Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism" *International Security*. 22 (2), 54-89.
- Paris, Roland (2002) "International Peacebuilding and the 'Mission Civilisatrice'" *Review of International Studies*. 28 637-656.
- Paris, Roland (2004) *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paris, Roland; Sisk, Timothy (2007) "Managing Contradictions: the Inherent Dilemmas of Postwar Statebuilding" (<http://www.ipacademy.org/asset/file/211/iparpps.pdf>), [16th May 2008].
- Pureza, José Manuel (2008) "Para que servem os Estudos para a Paz?" Presented at *Caminhos de Futuro. Novos Mapas para as Ciências Sociais* Coimbra - Portugal 21st June 2008
- Pureza, José Manuel et al. (2006) "Peacebuilding and Failed States: Some Theoretical Notes" *Oficina do CES n° 256*. Julho 1-36.
- Pureza, José Manuel et al. (2007a) "Do States Fail or Are They Pushed? Lessons Learned from Three Former Portuguese Colonies" *Oficina do CES n° 273*. Abril 1-24.
- Pureza, José Manuel et al. (2007b) "As Novas Operações de Paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor-Leste e Moçambique" *Oficina do CES n° 290*. Novembro 1-34.
- Rabinow, Paul (Ed.) (1984) *The Foucault Reader*. London: Penguin Books.
- Ramsbotham, Oliver (2000) "Reflections on UN post-settlement peacebuilding" *International Peacekeeping*. 7 (1), 169-189.
- Richmond, Oliver (2001) "A Genealogy of Peacemaking: The Creation and Re-Creation of Order" *Alternatives: Global, Local, Political*. 26 (3), 317-349.

- Richmond, Oliver (2004a) "The Globalization of Responses to Conflict and the Peacebuilding Consensus" *Cooperation and Conflict* 39 (2), 129-150.
- Richmond, Oliver (2004b) "UN Peace Operations and the Dilemmas of the Peacebuilding Consensus" *International Peacekeeping*. 11 (1), 83-101.
- Richmond, Oliver (2008) *Peace in International Relations*. Abingdon: Routledge.
- Richmond, Oliver; Franks, Jason (2007) "The Emperors' New Clothes? Liberal Peace in East Timor" (http://www.st-andrews.ac.uk/intrel/media/Richmond_Franks_East_Timor_and_the_liberal_peace.pdf), [10th November 2008].
- Rotberg, Robert (2003) "Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators" in Rotberg, Robert (Ed.) *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington D.C: Brookings Institution Press, 1-28.
- Rotberg, Robert (2004a) "The Failure and Collapse of Nation-States: Breakdown, Prevention and Repair" in Rotberg, Robert (Ed.) *When States Fail: Causes and Consequences*. Princeton: Princeton University Press, 1-50.
- Rotberg, Robert (2004b) "Strengthening Governance: Ranking Countries Would Help" *The Washington Quarterly*. 28 (1), 71-81.
- UN (1992) "An Agenda for Peace - A/47/277 - S/24111" 17th June 1992, (<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>), [10th November 2008].
- UN (2000) "Report of the Panel on United Nations Peace Operations - A/55/305-S/2000/809" 21st August 2000, (<http://secint24.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf>), [13th December 2008].
- Zartman, William (1995) "Introduction: Posing the Problem of State Collapse" in Zartman, William (Ed.) *Collapsed States: The disintegration and the restoration of legitimate authority*. London and Boulder: Lynne Rienner,